



OFICIO Nº 137/2021
Procuradoria Jurídica (PJSD)
Assunto: Informação (Faz)

Santos Dumont (MG), 17 de dezembro de 2021.

Excelentíssimo Senhor Relator
Dr. José Alves Vianna
Presidente e Relator
Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Referência: Processo n. 1054055

Auditoria

Com os respeitosos cumprimentos desta Procuradoria, em atendimento ao Ofício n. /2021, onde se requer informação sobre a adoção de medidas recomendadas no Acórdão da Primeira Turma desse Egrégio de Contas Mineiro prolatado no processo nº 1.054.055, vem informar a seguir articulado:

Inicialmente cabe destacar que o r. Acórdão foi prolatado em data de 04 de agosto de 2021, portanto, em pleno período da pandemia COVID19 que perdura até hoje, mesmo depois da vacinação da nossa população. Em decorrência desse fato o Município teve o exercício pleno de suas atividades atingidas, mormente, devido ao fato de ter entre seus quadros muitos funcionários do grupo de risco e outros mais acometidos pelo vírus maligno, levando inclusive alguns a óbito, obrigando muitos setores especialmente o de finanças a suspender o atendimento externo e muitas vezes internos decorrente o afastamento de parte de seus servidores o que dificultou em muito a adoção de muitas das recomendações desse Tribunal.

Inclusive esse mesmo quadro de pandemia, através de estado de calamidade pública, em nível nacional e até mundial, trouxe no cenário brasileiro, a edição da Lei Complementar 173, de 27 de maio de 2020, que no bojo de suas medidas, a par de incentivo financeiro em favor dos Municípios, vedou de forma expressa (v.g. artigo 8.º e seguintes) qualquer elevação de despesas e inclusive proibiu expressamente a realização de concursos públicos.



Isso impactou diretamente uma série das recomendações indicadas por essa Douta Corte, inclusive a realização de concurso público para o quadro de fiscais, bem como procedimentos de capacitação de servidores, etc, que evidentemente demandaria elevação de despesas.

Aliás, frise-se que esse Egrégio também ficou sem atendimento externo por um bom período com a suspensão de parte de suas atividades internas e externas como se pode aferir da sua página á época.

Continuando, no tocante as recomendações deve ser destacado que conforme ofício do coordenadora responsável para esse mister parte significativas das recomendações foram observadas e já estão em plena execução, sendo que aquelas relacionadas as alterações legislativas, como alíquota progressiva de IPTU, etc, constam da minuta do Projeto de Lei dispondo sobre o novo Código Tributário enviado ao Poder Legislativo.

Nesse cenário várias delas foram adotadas, o que se comprova através da documentação em anexo e do descritivo constante do quadro, igualmente em anexo.

Portanto, segue informação das medidas implementadas para atender ao disposto no Acórdão e correspondente aos itens 2.1, 2.3, 2.5, 2.6 (último quadro) 2.8 e 2.9 da minuta de TAG com documentação comprobatória, as quais podem ser didaticamente explicadas, nos seguintes termos:

a) As medidas correspondentes aos itens 2.1 (consolidação normas tributárias), 2.3 (alíquotas IPTU), 2.5 (art. 46, Lei Municipal 3.774/05), encontram-se inseridas no Projeto de Lei Complementar do Código Tributário Municipal já enviado ao Legislativo para apreciação e aprovação.

b) O item 2.6 relativamente ao cargo de Técnico Fiscal Fazendário encontra-se regulado através de lei municipal em vigor. No caso de aumento no quantitativo de vagas isso necessita aprovação legislativa. Entretanto, essa medida encontra vedação na Lei Complementar Federal 173/2020 (item 2.6 minuta -TAG).

c) Os itens 2.8 (protesto judicial) através de lei especifica e a cobrança judicial da divida (item 2.9), portanto, efetivos e atendidos, já tendo a minuta do Convênio sido remetida ao Órgão competente, dependendo somente da assinatura para início do procedimento ali tratado.

d) O cargo de técnico fiscal fazendário encontra-se regulado pela lei municipal, inclusive estando provida por servidora concursada, não necessitando aumento no quantitativo de vagas para posterior provimento por meio de concurso se necessário (item 2.6 Minuta-TAG);



e) A implementação do remanescente das recomendações contidas no Acórdão encontra-se em andamento demandando prazo razoável em decorrência do fato de que muitas delas não se circunscrevem somente no poder discricionário de iniciativa do Chefe do Executivo, mas dependem inclusive de outro(s) Poder(es) para consecução das mesmas.

Considerando os aspectos acima delineados, nesta oportunidade apresenta proposta para atendimento daquelas recomendações previstas no Acórdão ainda a mercê de implementação ou de finalização com prazo que entende razoável para a efetiva consecução, exibindo para tanto a minuta no que correlato a citada decisão colegiada.

Em anexo, a minuta de proposta de Termo de Ajuste de Gestão - TAG vai firmado pela autoridade competente, no que tange as recomendações a serem finalizadas com previsão inicial temporal para finalização, aduzindo, ademais, reforço a cláusula de garantia de revisão do Termo de Ajuste de Gestão para situações que escapam a discricionariedade do Chefe do Executivo ou que justificarem adequação administrativa.

À disposição para novos esclarecimentos se necessários, apresento votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente.

Adalberto Dimas Andrade Paiva
Procuradoria Jurídica Municipal
OABMG 64.897